

Lei Ordinária nº 2142/2025

" Dispõe sobre a regulamentação de ambulante eventual não domiciliados no município de Jardim / MS, e dá outras providências. "

JULIANO DA CUNHA MIRANDA, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, submete a apreciação do Legislativo Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Publicada em 26 de maio de 2025

- **Art. 1º** Autoriza o Poder Executivo a dispor sobre o funcionamento e o exercício para o comércio ambulante eventual, no perímetro urbano do Município de Jardim, de pessoas não domiciliadas no município, fixando normas gerais de funcionamento.
- § 1º. Para fins desta Lei é considerado ambulante eventual autónomo aquele que, pessoalmente, exerce pequena atividade comercial de venda de produtos nas áreas públicas no perímetro urbano do Município, em festas, exposições e eventos de curta duração, podendo ser definido como:
- I Ambulante -mercador: aquele que comercializa mercadorias produzidas por terceiros;
- II Ambulante -produtor: aquele que comercializa, única e exclusivamente, produtos da sua própria fabricação, ou produção.
- § 2º. Estão incluídos entre as áreas públicas, as praças, parques, os logradouros públicos, compreendidos as vias de circulação e as calçadas e demais áreas de uso comum do povo.
- § 3º. Esta lei se aplica aos ambulantes não domiciliados e não residentes no município de Jardim/MS.
- § 4º. Caberá ao departamento de Tributos e Cadastro do Município a definição do local e horário para exercício da atividade de Ambulante Eventual prevista nesta lei.
- **§5°**. Para o exercício da atividade de ambulante produtor eventual, além da Licença Especial prevista nesta lei, também deverá portar a licença sanitária expedida pelo órgão municipal competente.
- **Art.** 2º Os vendedores ambulantes não residentes no município e que tenham interesse em exercer a atividade eventual na cidade de Jardim, deverão registrar-se previamente no Departamento de Tributos e Cadastro com preenchimento do formulário próprio, apresentação de licença sanitária, se for o caso, emissão de Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual mediante pagamento de

taxa diária ou mensal conforme anexo I desta lei e atendimento dos demais requisitos estabelecidos nesta norma.

- § 1º A Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual será emitida pelo Departamento de Tributos e Cadastro e deverá conter:
- I Nome e CPF do responsável, e indicação de funcionário se houver;
- II Razão Social, nome fantasia e CNPJ do responsável, se houver;
- III Endereço completo de residência do responsável e telefone de contato;
- IV Ramo de atividade e produtos vendidos;
- V Data da emissão da licença;
- VI Validade da licença;
- VII Local e Horário para realização da atividade;
- VIII Placa do veículo com o qual será exercida a atividade, se cabível;
- § 2º A Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual é intransferível.
- § 3º- A Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual deverá sempre estar atualizada e em poder do comerciante eventual ambulante.
- § 4º A Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual deverá ser atualizada sempre que as houver alterações alterações ou quando expirar sua vigência.
- **Art. 3º-** A Licença Especial para Exercício da Atividade de Ambulante Eventual poderá ser suspensa, cassada ou não renovada, por meio de fiscalização municipal e em virtude de decisão motivada.

Parágrafo único: A suspensão, cassação ou não renovação da licença não ensejará indenização pelo Poder Público.

- Art. 4º É vedado ao vendedor eventual ambulante descrito nesta Lei:
- I Exercer atividades sem a devida autorização;
- II Não exercer pessoalmente a atividade e sem a autorização e comunicação previa;
- III Comercializar produtos não mencionados em sua licença;
- IV Possuir, expor e/ou vender mercadorias ilícitas;
- **V** Apregoar mercadorias fora do seu espaço autorizado ou serviços em voz alta, mesmo que transitoriamente, com oferecimento de seus produtos;

- **VI -** Instalar ou conduzir volumes de forma que atrapalhem a circulação de pedestres e/ou veículos particulares;
- Art. 5 É expressamente proibida a comercialização por ambulante de:
- I Alimentos e/ou bebidas preparados no local, sem que a atividade/local esteja licenciado polo Vigilância Sanitária Municipal:
- II Alimentos e/ou bebidas preparados preponderantemente no local, sem que a atividade /local esteja licenciada pela Vigilância Sanitária Municipal;
- III Bebidas prontas fracionadas, sem que a atividade /local esteja licenciada pela Vigilância Sanitária Municipal;
- IV Medicamentos e especialidades farmacêuticas;
- V Telefones celulares, eletroportáteis ou eletrodomésticos;
- **VI** Facas, canivetes e similares, armas, munições, pólvora, réplica de armas de fogo e / ou produtos semelhantes;
- **VII** Fogos de artifício e artigos pirotécnicos, produtos explosivos, inflamáveis, corrosivos e/ ou semelhantes;
- VIII Desinfetantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, parasiticidas, raticidas e semelhantes.
- IX animais;

Parágrafo único: Cabe a Fiscalização Municipal proibir quaisquer produtos que, a seu juízo, ofereçam perigo à saúde pública ou passem a apresentar quaisquer inconvenientes.

- **Art.** 6º As mercadorias que em virtude de infração forem apreendidas nas áreas públicas do perímetro urbano de Jardim, serão recolhidas em depósito público, mantido a guarda pela Fiscalização Municipal.
- § 1°. As mercadorias perecíveis serão imediatamente doadas às instituições de caridade cadastradas no Município de Jardim MS.
- § 2°. As mercadorias não perecíveis recolhidas ao depósito só poderão ser devolvidas mediante requerimento do respectivo proprietário, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da apreensão, mediante a comprovação do pagamento de eventual multa aplicada, sob pena de perda dos bens para a municipalidade.
- **Art. 7º** Sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, a autorização dos ambulantes poderá ser cassada quando constatada qualquer das seguintes infrações:
- I Venda de mercadoria deteriorada;

- II Fornecimento de mercadoria a vendedores clandestinos;
- III Desacato aos agentes de fiscalização;
- IV Agressão física ou moral;
- V- Atitude atentatória à moral e aos bons costumes;
- **VI -** Ser autuado sem estar portando a Licença Especial para exercício da Atividade emitida pelo órgão municipal;
- VII Venda de bebidas alcoólicas a menor.
- VIII Não atendimento de qualquer das disposições constantes nesta lei;
- § 1º Para o exercício do poder fiscalizatório, de apreensão ou mesmo de cassação da licença dos ambulantes irregulares, o fisco municipal poderá solicitar o uso de força policial, se necessário.
- § 2º Os ambulantes que forem reincidentes nas infrações dispostas nesta Lei serão proibidos, de forma permanente, de atuarem nos limites do município de Jardim /MS.
- Art. 8º Pelas infrações a seguir enumeradas serão impostas as seguintes penalidades:
- I Vender mercadorias não permitidas:

Penalidade: multa de 100 UFMJ - unidades fiscais do Município de Jardim.

II - Vender mercadorias fora do local permitido:

Penalidade: advertência verbal e apreensão das mercadorias,

além de multa de 250 UFMJ - unidades fiscais do Município de Jardim.

III - Deixar de cumprir os preceitos sanitários ou de higiene relativa ao tipo de comércio:

Penalidade: multa de 500 UFMJ - unidades fiscais do Município de Jardim, apreensão das mercadorias comercializadas, e conforme a gravidade dos fatos, a suspensão da atividade exercida.

IV - Dificultar ou ludibriar de qualquer forma a fiscalização:

Penalidade: multa de 100 UFMJ - unidades fiscais do Município de Jardim, apreensão das mercadorias comercializadas, podendo ser suspensa a atividade exercida.

Parágrafo único. Toda infração que resultar em penalidades previstas neste artigo implicarão em orientação, notificação e apreensão da mercadoria ou produto pela fiscalização municipal.

- Art. 9 Os vendedores ambulantes deverão portar obrigatoriamente consigo os seguintes documentos:
- I Autorização ou licença para o exercício da atividade;

- II Carteira de identidade ou carteira profissional
- III Licença Sanitária, se for o caso;

Parágrafo único. Sem o prejuízo do disposto no artigo 10 desta Lei, os ambulantes fiscalizados que não estiverem portando os documentos do caput deste artigo poderão ter a licença especial cassada e serem retirados do município, inclusive com o apoio de força policial se necessário.

- **Art. 10** O Poder Executivo Municipal regulamentará através de Decreto a presente Lei Complementar, no que for necessário para a sua aplicação.
- Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I TAXA DE LOCALIZAÇÃO DE ATIVIDADE AMBULANTE E EVENTUAL

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM UFMJ	
DISCRIMINAÇÃO	POR DIA	POR MÊS
I – COMÉRCIO AMBULA	NTE E EVENTUA	\L
Por vendedor com cesta	15 UFMJ	30 UFMJ
Por vendedor com bicicleta ou carrinho manual	15 UFMJ	40 UFMJ
Veículo automotor	30 UFMJ	100 UFMJ
Artesanato (m²)	10 UFMJ	30 UFMJ
Outro meio de comércio permitido não definido anteriormente (por vendedor)	30 UFMJ	100 UFMJ

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Jardim - MS, 26 de maio de 2025.

JULIANO DA CUNHA MIRANDA

Prefeito Municipal de Jardim